

ENTRE ALFABETIZAR E MEDIAR: O DESAFIO COM CRIANÇAS AUTISTAS

Kaena Amabile Brum¹
Manuela Pires Weissbock Eckstein²

INTRODUÇÃO

Considerado um transtorno do desenvolvimento humano, o autismo impacta no processo de comunicação, na interação, bem como em situações comportamentais do sujeito. O transtorno do espectro autista também é conhecido como distúrbio do neurodesenvolvimento, caracterizado por desenvolvimento atípico, manifestações comportamentais, déficits na comunicação, na interação social e de padrões de comportamentos repetitivos e estereotipados. "As crianças autistas apresentam um estilo cognitivo particular, caracterizado pela dificuldade em atribuir significados sociais às informações, pela tendência à interpretação literal e pela rigidez de pensamento" (BOSA; CALLIAS, 2000, p. 74). Essas especificidades impactam diretamente o modo como a criança acessa, interpreta e organiza o conhecimento, especialmente o relacionado ao uso da linguagem.

A alfabetização de crianças autistas é um processo que envolve desafios, uma vez que as características do transtorno do espectro autista são variadas e sensíveis. É preciso considerar a individualidade de cada aluno, principalmente no planejamento pedagógico e nas adaptações necessárias para o seu desenvolvimento.

[...] para a alfabetização de alunos autistas deixar de ser utopia ou casos isolados de apropriação da Língua Portuguesa, são necessários que alguns pilares fundamentais sejam apropriados pelos professores, como: a transformação da atitude docente em professor-pesquisador para o ensino de alunos autistas; a compreensão de que a prática pedagógica precisa ser organizada por método de ensino; a definição e utilização de materiais didáticos acessíveis para alunos autistas; adquirir, além dos conhecimentos básicos referentes aos conteúdos pedagógicos a serem ensinados, conhecimentos de Psicologia Comportamental e funcionamento cerebral (NASCIMENTO, 2016, p. 65).

É preciso olhar para o processo de alfabetização da criança autista a partir de um processo singular, que leve em consideração suas necessidades, principalmente aquelas relacionadas à forma como se aprende. Neste ensejo, buscamos discutir sobre como é possível um processo mediado de alfabetização para crianças autistas, explorando suas vivências, principalmente com a leitura e a escrita. O foco, portanto, concentra-se em um período que envolve as primeiras experiências relacionadas ao desenvolvimento da linguagem.

¹ Kaena Amabile Brum. Acadêmica do Curso de Pedagogia. Universidade Federal Fronteira Sul - UFFS. kaena.brum@estudante.uffs.edu.br

² Dra. Manuela Pires Weissbock Eckstein. Orientadora. Prof. do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Chapecó/SC. manuela.eckstein@uffs.edu.br

A escolha por esta temática, deu-se por vivências em sala de aula como estagiária e ACT (Admissão de professores em Caráter Temporário) no estado de Santa Catarina. Após algumas vivências, foi possível observar a dificuldade na relação professor/aluno autista, principalmente no processo de alfabetização. Neste sentido, o objetivo deste texto é apresentar algumas contribuições para o enfrentamento de situações específicas da alfabetização de crianças autistas, principalmente na proposição de intervenções acessíveis.

1 METODOLOGIA

Este texto apresenta um recorte da pesquisa de trabalho de conclusão de curso, que está em desenvolvimento. De natureza qualitativa e caráter bibliográfico, apresentamos a discussão de uma das obras de referência que tem contribuído para os nossos estudos. Para a constituição do *corpus* teórico, realizamos um levantamento nas bases acadêmicas SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, utilizando como descritores as palavras-chave "alfabetização", "autismo", "educação inclusiva" e "perspectiva pedagógica". A busca resultou em um expressivo número de publicações relacionadas à temática.

Para a composição deste texto, selecionamos o artigo *Autismo infantil: características cognitivas e implicações para o ensino*, de Bosa e Callias (2000), que fundamenta a discussão central aqui apresentada. Bosa é professora titular na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Maria Callias, professora no Institute of Psychiatry da University of London, na Inglaterra. Ambas são estudiosas da temática em voga.

A análise preliminar desse material revela um crescimento significativo em pesquisas voltadas à alfabetização de crianças autistas nos últimos anos. As produções mapeadas concentram-se, majoritariamente, em temáticas como metodologias inclusivas para a alfabetização, formação de professores para atuação com crianças autistas, desafios para a efetivação da educação inclusiva e contribuições da Teoria Histórico-Cultural na alfabetização de sujeitos com TEA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Durante o processo de alfabetização, ao voltar o olhar para as crianças autistas, emergem desafios particulares que exigem atenção sensível e qualificada, principalmente dos professores que mediam e acompanham o desenvolvimento desses estudantes. Partindo dessa realidade, investigar as dificuldades enfrentadas por professores alfabetizadores não apenas aprofunda a compreensão sobre a diversidade nos processos de aprendizagem, como também aponta caminhos para práticas pedagógicas mais significativas. Tal esforço contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e atenta às singularidades de cada sujeito.

O ponto de partida de nossos estudos centram-se na seguinte indicação: a criança com transtorno do espectro autista tem seu desenvolvimento seriamente prejudicado (BOSA & CALLIAS, 2000), o que torna necessário, compreendê-lo em sua totalidade, considerando-o como uma pessoa com capacidade de desenvolver habilidades a partir de percepções muito particulares. Demonstrar sensibilidade na mediação pedagógica, identificar suas aptidões e potencialidades, revela uma postura ética do professor, que em primeiro plano, enxergará as especificidades de aprendizagem desse sujeito.

Para este texto, nosso primeiro movimento de pesquisa foi trazer discussões necessárias do trabalho de Cleonice Bosa e Maria Callias (2000). Segundo as estudiosas, o processo de alfabetização de uma criança autista exige do professor uma postura intencional, sensível e fundamentada no reconhecimento da singularidade de cada sujeito. Assim, é preciso compreender as especificidades no campo da comunicação, da interação social e do comportamento desse sujeito, as quais impactam diretamente nas formas de acesso à linguagem e demandam práticas pedagógicas diferenciadas.

O primeiro movimento que o professor precisa realizar é a organização de um espaço alfabetizador que respeite o modo particular como esse sujeito percebe, interpreta e interage com o mundo. Bosa e Callias (2000) indicam a importância da previsibilidade e da organização do espaço e das rotinas, de modo a reduzir a ansiedade e favorecer a compreensão das propostas de trabalho. O planejamento das atividades deve contemplar ações e objetivos claros, bem como materiais acessíveis e adaptados, com apoio visual e recursos concretos que facilitem a intervenção.

Outro aspecto importante refere-se à comunicação. Considerando que muitas crianças autistas apresentam dificuldades na linguagem ou utilizam formas alternativas de comunicação, o professor precisa pensar em estratégias de mediação, recorrendo a sinais, figuras, pictogramas, escrita funcional ou tecnologias assistivas. A alfabetização, nesse contexto, não pode estar atrelada exclusivamente às questões fonéticas, por exemplo, mas deve explorar múltiplas vias de expressão, reconhecendo que a linguagem escrita pode se tornar, para muitas crianças autistas, uma forma de interação.

Também é preciso pensar nos interesses da criança autista. Bosa e Callias (2000) sublinham que a motivação e o engajamento no processo de aprendizagem são potencializados quando o professor parte dos focos de interesse já demonstrados pela criança. Incorporar temas familiares, personagens preferidos, objetos de fascínio ou atividades de rotina ao trabalho com a linguagem, amplia as possibilidades de envolvimento. Ademais, é preciso entender que o processo de alfabetização de uma criança autista não segue, necessariamente, um percurso linear: avanços podem ocorrer de forma fragmentada e as estratégias devem ser revisadas a todo momento, buscando articular intervenções que respeitem a individualidade e o estímulo à autonomia. Essas questões são postas pelas estudiosas em um movimento de compreensão do que elas chamam de “perspectiva de inclusão efetiva”, que significa que é preciso olhar para a criança autista para além da mera presença física na sala de aula. Bosa e Callias (2000) defendem que a construção de práticas verdadeiramente inclusivas implica uma mobilização, primeiro do professor responsável por esta criança, e claro, de toda a comunidade escolar, em um movimento contínuo de formação, sensibilização e compromisso ético com o direito de todos.

3 Resultados e Discussões

Bosa e Callias (2000) argumentam que para alfabetizar crianças autistas é preciso uma ação pedagógica que vá além da simples adaptação curricular: exige flexibilidade, compromisso com a inclusão efetiva e uma mediação docente intencional. Esses elementos são centrais para garantir que o processo de apropriação da linguagem e o desenvolvimento do pensamento respeitem as especificidades do desenvolvimento de cada criança.

As autoras enfatizam que, frente às peculiaridades cognitivas e socioemocionais das crianças com autismo, o professor deve estar preparado para adaptar suas propostas didáticas em tempo real, de acordo com as respostas e necessidades manifestadas pelos alunos. A rigidez metodológica é, nesse contexto, contraproducente: deve-se reconhecer que os avanços podem ocorrer de maneira não linear, como já mencionado anteriormente, com progressos e retrocessos que fazem parte das trajetórias singulares de aprendizagem. Assim, respeitar o ritmo próprio de cada criança não significa apenas tolerar diferenças, mas valorizar as formas particulares de construção do conhecimento que cada sujeito apresenta.

Paralelamente, Bosa e Callias (2000) sublinham a importância de agir a partir de uma perspectiva inclusiva. Incluir não é apenas integrar a criança autista em um ambiente regular, mas promover sua participação real e ativa nas práticas escolares, assegurando adaptações necessárias para que ela se sinta pertencente e reconhecida. Argumentam as autoras que “[...] incluir é criar condições reais para que a criança autista possa se expressar, comunicar e aprender em interação com seus pares” (BOSA & CALLIAS, 2000, p. 93), e não simplesmente adaptar de maneira superficial as atividades escolares. A promoção da autonomia e da expressão pessoal em todas as etapas do processo alfabetizador é indispensável: incentivar que a criança manifeste suas idéias, desejos e sentimentos, seja pela escrita, pelo desenho, pela comunicação alternativa ou por outras linguagens, é reconhecer sua autoria e garantir sua voz no espaço educativo.

A mediação intencional também emerge nas discussões de Bosa e Callias (2000), pois é eixo articulador de todo o processo educativo. Alfabetizar uma criança autista implica observar atentamente como ela interage com o meio, como aprende, e de que modo expressa suas compreensões e interesses. É preciso que o professor assuma uma postura de escuta ativa, capaz de acolher as expressões singulares e transformar cada interação em uma oportunidade de construção de sentido. Por isso, defende-se que sejam criados materiais didáticos, suportes e modos de registro — como o uso de desenhos, colagens, produções textuais mediadas, pictogramas ou tecnologias assistivas — próprios de cada criança autista, o que a ajudará a ampliar as possibilidades de acesso à linguagem e, principalmente as diferentes formas de comunicação: “[...] o professor que desconhece as particularidades do desenvolvimento de crianças com autismo tende a interpretar erroneamente seus comportamentos, comprometendo o planejamento de suas intervenções” (BOSA & CALLIAS, 2000, p. 91).

As questões postas até aqui, indicam uma defesa importante de Bosa e Callias (2000) em seus estudos. Elas valorizam a formação continuada de professores para acompanhar crianças autistas, principalmente durante o processo de alfabetização. É preciso reconhecer o TEA em suas múltiplas manifestações e a todo momento, repensar as demandas educativas específicas: “[...] o trabalho pedagógico com crianças autistas exige conhecimentos específicos acerca das manifestações do transtorno e das estratégias adequadas para potencializar suas possibilidades de desenvolvimento” (BOSA & CALLIAS, 2000, p. 89). O que se valoriza, portanto, é uma formação docente que inclua a compreensão de que o ensino para crianças autistas precisa ser planejado considerando suas dificuldades em generalizar informações e em aprender em contextos diferentes.

CONCLUSÃO

Este texto, pautado na obra de Bosa e Callias (2000), trouxe à discussão que a alfabetização de crianças autistas exige do professor mais do que o domínio de certos métodos de ensino. Requer uma postura ética, sensível e intencional, que reconheça a singularidade de cada sujeito e que construa caminhos de aprendizagem respeitando especificidades cognitivas, comunicativas e socioemocionais dos sujeitos com TEA.

As contribuições das autoras nos permitem compreender que a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) deve ser mediada por práticas intencionais, pela criação de espaços organizados e previsíveis e pelo uso de diferentes formas de comunicação e expressão. A construção de uma perspectiva inclusiva, que vá além da mera inserção física e promova a participação ativa, é fundamental para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem dessas crianças.

Portanto, a mediação intencional do professor é elemento fundamental. Em um primeiro momento, o professor deve atuar como um mediador atento, capaz de interpretar as expressões singulares de cada criança, promover a sua autonomia e adaptar as propostas de ensino de acordo com suas necessidades e interesses. Tal atuação requer uma formação específica e contínua, capaz de articular saberes pedagógicos, psicológicos e sociais.

Reconhecer o autismo em sua diversidade e pensar a alfabetização como um processo que respeita e potencializa essa diversidade é um movimento ético e político em direção a uma educação verdadeiramente inclusiva. A experiência das estudiosas e a pesquisa evidenciam que é possível alfabetizar crianças autistas, desde que se respeitem seus tempos, modos de aprender e formas de se comunicar.

Em síntese, este estudo reafirma que alfabetizar crianças com transtorno do espectro autista não é apenas uma possibilidade real, mas uma necessidade ética e pedagógica que convoca o professor a uma atuação sensível, intencional e permanentemente formativa. Ao reconhecer o autismo em sua diversidade e a alfabetização como um direito, reafirma-se o compromisso com uma educação que não apenas inclui, mas acolhe, escuta e promove a autoria de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BOSA, Cleonice; CALLIAS, Maria. **Autismo: breve revisão de diferentes abordagens**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, n. 13, v. 1, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/4b8ymvygp8r4mykcvtd49nq/#>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NASCIMENTO, G. S. R. do. **Método de Alfabetização para Alunos Autistas (MAPA)**: Alternativa da Clínica- Escola do Autista, 2016, p. 122, Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.